



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

LUCIANA GOMES PIMENTEL

**UMA REFLEXÃO SOBRE O DEBATE DAS PRÁTICAS
CLÍNICAS/TERAPÊUTICAS NO SERVIÇO SOCIAL**

BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

2019

LUCIANA GOMES PIMENTEL

**UMA REFLEXÃO SOBRE O DEBATE DAS PRÁTICAS
CLÍNICAS/TERAPÊUTICAS NO SERVIÇO SOCIAL**

Monografia apresentada ao Curso de
Serviço Social da Universidade de Brasília
como requisito para obtenção do título de
bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Dra Luciana Stoimenoff Brito

BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

2019

LUCIANA GOMES PIMENTEL

**UMA REFLEXÃO SOBRE O DEBATE DAS PRÁTICAS
CLÍNICAS/TERAPÊUTICAS NO SERVIÇO SOCIAL**

Monografia apresentada ao Curso de
Serviço Social da Universidade de Brasília
como requisito para obtenção do título de
bacharel em Serviço Social.

APROVADA: 23 de agosto de 2019.

Natália Pereira Gonçalves Vilarins
Membro Externo
Subsecretaria do Sistema Socioeducativo - Distrito Federal

Aline Barbosa de Matos
Membro Externo
CODEVASF

Profa.: Dra Luciana Stoimenoff Brito
(Orientadora)
(UnB)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo apresentar o debate entre os profissionais de Serviço Social sobre o Serviço Social Clínico/Serviço Social Terapêutico. Utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental sobre o assunto e a revista Em Foco nº6 que trata exatamente do tema escolhido e apresenta o debate dentro da categoria profissional. Apresenta a história da profissão, como os profissionais chegaram ao atual Projeto Ético-Político e o Código de Ética de 1993 e o debate sobre o desdobramento da prática profissional do Serviço Social Clínico/Terapêutico realizado. Conclui-se que mesmo não se tratando de um debate novo, não há um consenso entre os profissionais de Serviço Social sobre a definição das práticas clínicas e/ou terapêuticas e se estas práticas reafirmam o Projeto Ético-Político atual da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social no Brasil. Serviço Social Clínico. Serviço Social Terapêutico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
Capítulo 1 - MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL	9
Capítulo 2 - PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL	18
Capítulo 3 - SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO: DEBATES E REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL.....	28
REVISTA EM FOCO Nº 6 – EDIÇÃO Nº 1.....	28
REVISTA EM FOCO Nº 6 – EDIÇÃO Nº1 COMPLEMENTAR	32
CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo apresentar o debate dos profissionais de Serviço Social acerca do Serviço Social Clínico/Serviço Social Terapêutico que aconteceu a partir dos anos 2000 dentro da categoria profissional em discussão iniciada por grupos na internet e posteriormente levada a encontros realizados pelo Conselho Regional de Serviço Social – 7ª região (RJ) e o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O tema desta monografia foi idealizado a partir da minha experiência durante o Estágio Supervisionado I, quando participei de uma das práticas integrativas oferecidas pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) destinada às servidoras do Núcleo de Serviço Social (NSS) do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN). Após esta experiência me questionei sobre as práticas integrativas oferecidas pela SES/DF e a relação com o Serviço Social, visto que a atividade de yoga desenvolvida foi realizada por uma assistente social e existem poucos estudos/análises sobre este assunto.

O debate apresentado sobre o Serviço Social Clínico/Terapêutico tem grande importância para a profissão, visto que com a precarização e sobrecarga nos espaços de trabalho enfrentada por assistentes sociais atualmente e as diversas especializações oferecidas no mercado torna-se um desafio aos profissionais em suas equipes multidisciplinares delimitarem seu objeto de trabalho e aos órgãos fiscalizadores profissionais fiscalizarem estas práticas profissionais em inúmeras especialidades.

Para um tema que levanta muita discussão e questionamentos dentro da profissão, é necessário um levantamento teórico utilizando, segundo Gonsalves (2001),

pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. Utilizando como percurso metodológico a pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema, que permitirá a compreensão e apresentação dos objetivos esperados.

Utiliza-se como referencial teórico grandes autores dentro do Serviço Social, como Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Maria Carmelita Yazbek, dentre outros, que fazem parte dos pensadores críticos da profissão e conforme será apresentado fizeram parte do desenvolvimento teórico próprio profissional. Buscou-se também novos autores e documentos desenvolvidos pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que tratam sobre o tema.

Como objetivo geral é o de analisar como se iniciou o debate sobre se esta prática profissional faz parte do Serviço Social e das atribuições e/ou competências destes profissionais e como objetivos específicos apresentar o movimento de reconceitualização profissional e o rompimento com o conservadorismo; apresentar os Projetos Ético-Políticos profissionais e os códigos de ética profissionais, incluindo o atual Código de Ética dos/das Assistentes Sociais e suas atribuições; e apresentar o debate sobre o Serviço Social Clínico/Terapêutico tendo como base a análise a partir da revista Em Foco nº6.

É apresentado em todo trabalho o termo “conservador” com base na definição de Mavi Rodrigues na revista Em Foco nº6 (2009, p.27), como algo que se divide em dois elementos. Primeiro, naturaliza a vida social: como será apresentado, a profissão em sua origem está ligada ao positivismo e funcionalismo, faz com que seja ignorado o que foi feito (ou não) por parte do Estado e/ou instituições que gerou (ou não) a população a determinada situação. Fazendo com que seja de total responsabilidade das pessoas a

condição em que se encontram. E o segundo elemento, o ato moralizador: justifica a situação da sociedade ligando-a aos valores e costumes que nela se encontram, onde os problemas encontrados são gerados pela falta de moral e, ditos, “bons costumes”.

Realizou-se pesquisa documental na internet em bases científicas como *Scielo* e o site do CFESS onde encontra-se inúmeros documentos, legislações e publicações sobre a profissão. E pesquisa bibliográfica no acervo de livros da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Como palavras-chave buscou-se: Serviço Social Clínico, Serviço Social Terapêutico, práticas terapêuticas e Serviço Social.

Esta apresentação será feita a partir de 3 capítulos. O primeiro “Movimento de reconceituação e Serviço Social” será a introdução sobre a formação sócio-histórica acerca do Serviço Social, apresentando seu surgimento, forma que chegou ao Brasil e o movimento de reconceituação profissional realizado no país. O segundo “Projeto Ético-Político do Serviço Social” trata-se do desenvolvimento ético-político do Serviço Social, com a apresentação dos Códigos de Ética Profissional e os Projetos Ético-Políticos. O terceiro “Serviço Social Clínico: debates e reflexões sobre a prática profissional” apresenta o debate realizado dentro da profissão sobre o Serviço Social Clínico, com o posicionamento dos profissionais e do CFESS.

Capítulo 1 - MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social surgiu dentro da Igreja Católica Apostólica Romana, na vocação para o cuidado que mulheres que ali frequentavam tinham para com os mais necessitados de sua comunidade. Segundo Aguiar (1985), ao final do século XIX o papa Leão XIII cria a Encíclica *Rerum Novarum* que chama a responsabilidade do Estado para a atenção e o cuidado com a sociedade e a importância da igreja na formação moral da mesma. Após 40 anos, o Papa Pio XI dá continuidade a esta encíclica, criando a Encíclica *Quadragesimo Anno*, onde reafirma a necessidade da influência da igreja na moral e nos costumes da sociedade por meio da cristianização destes, visto que a sociedade encontrava-se em “desordem” devido ao crescimento da industrialização e o grande número de pessoas nas ruas.

Até então o serviço prestado era visto somente como trabalho voluntário, caridade e vocação e a partir destas publicações, a revolução industrial e a concentração de pessoas desempregadas nos centros urbanos foi necessário criar-se uma profissão para lidar e controlar esta situação. Logo formaram-se escolas para o ensino teórico/religioso da filosofia neotomista¹, adotada pela igreja. Conforme Estevão (1984) apresenta em 1899 em Amsterdã surge a primeira escola de Serviço Social do mundo, com o nascimento da sociologia, e a já existente filosofia, houve o embasamento teórico básico para a profissão recém formada.

A partir daí, assistentes sociais profissionalizaram-se para trabalhar diretamente com a população que tomava as ruas, com os trabalhadores e suas famílias com ações de

¹ O Tomismo ou Neotomismo, trata-se de uma doutrina filosófica cristã criada no século XIII por Tomás de Aquino. Tendo como base o filósofo Aristóteles, foi inspirado na visão da dignidade do ser humano e tornou a caridade um dos pilares da fé.

assistência material, onde os indivíduos se elevariam com a caridade cristã, tendo como base o bem comum e amor ao próximo conforme descrito nas Encíclicas Papais.

No Brasil, como na América Latina, o Serviço Social seguiu influências europeias e por consequência a formação profissional das jovens era diretamente ligada à igreja católica. Nos anos de 1920 a 1930, começam as lutas dos trabalhadores por direitos e pela qualidade de vida e assim o Serviço Social surge a partir do compromisso assumido pelo, então presidente (de 1930 à 1945), Getúlio Vargas que decide cuidar da questão social não como caso de polícia, mas como políticas públicas de governo.

E conforme Silva (2007. P.270) “o Serviço Social não nasce da evolução da filantropia, conforme se pensava na época da criação da profissão.”. A profissão, como dito anteriormente, nasce para controlar as pessoas que não acompanhavam o desenvolvimento da sociedade e os trabalhadores que conseguiram se inserir nas fabricas. Em outras palavras, a profissão nasce para trabalhar a favor do Estado e burguesia, onde as profissionais controlavam e “convenciam” os trabalhadores que suas condições de trabalho e vida eram favoráveis e exerciam ações moralistas e repressoras aos que não trabalhavam.

O Estado Novo, período de governo de Vargas, foi um regime marcado por dois principais pontos: o autoritarismo e desenvolvimentismo. E Vargas “conhecido como ‘pai dos pobres’, [...] criou o Ministério do Trabalho para controlar os sindicatos vinculados ao Estado, conhecidos como ‘sindicato pelego’.” (Idem. P.272) com a finalidade do Estado estar no controle dos trabalhadores que ajudavam no desenvolvimento do país que o presidente tanto buscava.

Segundo Yazbek (2009a) o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) é criado em 1932 e trouxe ao presidente Vargas um levantamento das necessidades sociais do país para comprovar a necessidade de ações voltadas ao social. Em 1936 este Centro de Estudos deu origem a primeira Escola de Serviço Social (ESS) do Brasil em São Paulo e em 1937 surge a segunda escola no Rio de Janeiro. Ambas com corpo docente religioso católico, com formação doutrinária e moral.

Segundo Aguiar (1985), a partir dos anos 40 o Serviço Social brasileiro começa a sofrer influências norte-americanas, influências marcadas pelo conhecimento científico (psicologia, psicanálise, medicina e direito), teórico e influências positivistas² e posteriormente funcionalistas³. Em 1941 as primeiras estudantes de Serviço Social brasileiras vão aos EUA mediante bolsas de estudos fornecidas pelo próprio país, programa de bolsas que duraram até 1957. Assim, as profissionais começam a relacionar as duas formas de trabalhar, formação teórica religiosa e técnica.

Ortiz (2010) apresenta que no ano de 1957 a profissão foi regulamentada no Brasil, visto como uma necessidade do Estado, legitimada por ele e patrocinada pela burguesia da época. Foram criados espaços sócio-ocupacionais e institucionais no setor público e privado, que consolidaria a profissão e sua importância para a sociedade.

Em 1960 aconteceram mundialmente diversos protestos e movimentos reivindicando a política, economia e ideologias culturais, assim abriram espaço a outros tantos questionamentos políticos e ideológicos no mundo. Com este processo acontecendo mundialmente, o Serviço Social latino-americano viu a necessidade de se

² O positivismo trata-se de uma corrente teórica de Auguste Comte, onde a realidade social acontece de formas isoladas e não importa o que aconteceu antes ou depois do fato. Defende a ideia do conhecimento científico como base de tudo.

³ O funcionalismo trata-se de uma corrente teórica de Émile Durkheim, onde analisa-se um fenômeno social por meio das instituições da sociedade. Une a ciência com a moral e valores.

movimentar para reformular e reestruturar a profissão para adequar sua atuação profissional com seus países de destino.

Netto (2005a), apresenta que o Movimento de Reconceituação seria uma reflexão, abertura e renovação do Serviço Social na América Latina, questionando e rompendo com o conservadorismo profissional. Segundo o autor o movimento inicia-se em 1960, que trazia no contexto político os países da América Latina subordinados ao capitalismo mundial e o crescimento dos Movimentos Sociais que lutavam por melhores condições de vida e trabalho. Assim com a aproximação a estes movimentos e questionamentos sobre as desigualdades geradas pelo capitalismo, o Serviço Social viu a necessidade de repensar sua ligação com a classe trabalhadora. Não poderia existir neutralidade entre estes profissionais e esta classe, a qual também fazia parte.

O autor apresenta 3 vertentes para o movimento:

1) Perspectiva modernizadora, um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, é uma linha de desenvolvimento profissional. O Serviço Social enquanto instrumento de intervenção inserido nas técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias do desenvolvimento capitalista.

2) Reatualização do conservadorismo, trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões da tradição positivista e as referências conectadas ao pensamento de Marx.

3) Intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, manifesta a pretensão de romper com a herança teórica-metodológica do pensamento conservador, quer com os seus paradigmas de intervenção social.

Em meio a esta efervescência sobre a renovação profissional, há o golpe civil/militar imposto no Cone Sul⁴. Golpe que atinge diretamente aos profissionais de Serviço Social que neste momento iniciavam a reformulação junto com a classe trabalhadora e movimentos sociais, os quais foram diretamente reprimidos pela ditadura.

Assumpção e Carrapeiro (2014. p.106) apresentam que

“Logo após o golpe de 1º de abril de 1964, muitos assistentes sociais foram vítimas de perseguição política, e também as agências de formação sofreram coação. Dezenas de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social lutaram contra o regime militar e, no auge da ditadura, muitos foram alvos da repressão.”

Fazendo com que durante a ditadura houvesse o enfraquecimento do movimento de reconceitualização no Brasil devido a repressão sofrida.

Com estes acontecimentos e na busca por discutir o desenvolvimento teórico-metodológico da profissão, os Seminários de Teorização do Serviço Social, promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS, foram marcos para o movimento de ruptura que a profissão buscava. Aconteceram em Araxá (1967), Teresópolis (1970), Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984) e tinham como objetivo discutir os processos teóricos e práticos assumidos, a fim de analisar se a

⁴ A saber: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

profissão havia desenvolvido a cientificidade própria, destinada a realidade brasileira e não mais ligada a europeia e/ou norte-americana. E “Ainda que tenham sido escritos no contexto da ditadura militar, os documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré não fazem qualquer referência à conjuntura política, econômica e social do país.” (idem. P. 109)

Os seminários mais conhecidos são o de Araxá e Teresópolis, que deram início a este processo. O seminário de Araxá resultou em um documento chamado “Documento de Araxá”, onde as profissionais propuseram funções para a profissão como atuação em políticas sociais, planejamento e administração destes, além dos tradicionais atendimentos a população; o próprio desenvolvimento do documento mostra a busca pela produção científica própria do país, dentre outros. De Teresópolis, com o “Documento de Teresópolis” que propôs mudanças ao Serviço Social tradicional, apresentou a função do Serviço Social como intervenção e mudança no social e a função em Serviço Social com funções meio que seriam de assessoria, pesquisa, planejamento e administração e funções fins sendo educação de base, socialização e criação de políticas sociais, dentre outros.

Para Yazbek (2009, p.7),

“É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx.”

Neste processo, o marxismo começa a fazer parte da profissão. Tendo o trabalho como centro de tudo, defendia a força de trabalho como o próprio trabalho. Para o Serviço Social o marxismo lhe aproxima da sociedade para entender os fenômenos

sociais, apresenta as desigualdades sociais, a exploração da classe burguesa para com os trabalhadores, reforça a luta de classes e o direito dos trabalhadores fortalecendo ainda mais o que as assistentes sociais buscavam trazer para a realidade brasileira neste movimento para renovar-se.

Para Netto (1999. P. 11 e 12)

“É nos espaços da pós-graduação, cujos primeiros frutos se recolhem no trânsito dos anos setenta aos oitenta, que, no Brasil, se inicia e, nos anos seguintes, se consolida a produção de conhecimentos a partir da área de Serviço Social – então, o corpo profissional começou a operar a sua acumulação teórica. Um balanço desta produção mostra que, apesar de muito desigual, ela engendrou uma massa crítica considerável, que permitiu à profissão estabelecer uma interlocução fecunda com as ciências sociais e, sobretudo, revelar quadros intelectuais respeitados no conjunto do corpo profissional e, também, em outras áreas do saber.”

Como apresentado, o movimento de reconceituação do Serviço Social trouxe o desenvolvimento teórico-metodológico próprio da profissão voltado para o profissional brasileiro, influenciando nos currículos das instituições de formação profissional; foi o início de uma série de reivindicações e conquistas para profissão e para o país em um futuro próximo, pois com o pensamento crítico e as profissionais presentes na criação, planejamento e implementação de políticas e não somente na execução, a profissão se consolidou e mostrou sua importância.

Conforme Mioto e Nogueira (2013. P.62):

“A partir da Constituição Federal de 1988, foi possível vislumbrar, no campo da política social, uma confluência virtuosa entre os dispositivos legais que foram sendo criados para a implementação do projeto da Seguridade Social brasileiro – Lei Orgânica da Saúde, Lei Orgânica da Assistência Social – e o movimento da categoria profissional em torno de seu Projeto Ético-político Profissional.”

As autoras consideram que na atualidade uma das maiores dificuldades encontradas no cotidiano profissional de assistentes sociais é a questão da autonomia relativa. O trabalho com políticas sociais está ligado diretamente com a luta e garantia de direitos sociais constitucionais, mas sabe-se que o recurso destinado a estas políticas é reduzido sempre que possível, fazendo com que sejam contraditórias a implementação destas políticas.

Atualmente com o desenvolvimento tecnológico e a busca por facilitar o acesso a estas políticas por meio de sistemas,

“Cada vez mais se observa os assistentes sociais envoltos nas tarefas de alimentação dos sistemas de informações e no desenvolvimento de ações prescritas no nível da administração central e menos concentrados na realização de um processo interventivo que busque responder às necessidades postas pelos seus usuários no contexto das realidades locais. Dessa forma, as características centralizadoras das políticas sociais vêm condicionando a intervenção profissional, a seleção de alternativas de solução e as possibilidades de definir os próprios usuários.” (idem. P. 66)

Outro ponto de dificuldade para as autoras, é o trabalho de equipes multi e interdisciplinar. Atualmente com a diminuição da quantidade de profissionais destas equipes e as múltiplas especialidades oferecidas nas instituições de formação profissional, torna-se tênue a linha de atuação de cada profissional. Para a assistente social, sua ação profissional é específica e bem demarcada, conforme suas habilidades teórica-metodológicas profissionais. Fortalecendo ai, a importância e implementação do atual projeto ético-político em suas ações profissionais do cotidiano.

Vale ressaltar que o movimento buscava o rompimento com o conservadorismo da profissão, o que não quer dizer que existiu de forma homogênea ou que este agir profissional não exista mais. Ao contrário, ainda existe, mas de uma forma “modernizada” que rende muita discussão dentro da profissão.

Capítulo 2 - PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Em meio ao crescimento profissional no Brasil, em 1947 é criado o primeiro Código de Ética Profissional das Assistentes Sociais na cidade de São Paulo. Elaborado pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) e aprovado em 29 de setembro de 1947, este código foca na moral cristã, serviço a igreja, dirigindo seu fazer profissional aos ditos “desajustados” socialmente.

Conforme descrito no primeiro capítulo, neste momento a profissão era ligada diretamente à Igreja Católica e os ensinamentos neotomistas e positivistas, focando em valores morais cristãos. Neste momento não havia lei para regulamentar a profissão, fazendo a ligação com a igreja ainda maior. Encontra-se neste Código de Ética (CE) de 1947 como dever da assistente social cumprir os compromissos assumidos “respeitando a lei de Deus” e como dever para com os usuários respeitar as pessoas “inspirando-se na caridade cristã”.

Nesta época, acreditava-se que as pessoas que não trabalhavam e/ou encontravam-se em situação de rua estavam em desajuste com a sociedade e encontravam-se nesta situação por escolha e/ou falta de vontade. Como apresentado por Aguiar (1985), com o desenvolvimento industrial e aumento de pessoas nas ruas a igreja ficou sobrecarregada com o trabalho realizado para estas pessoas, fazendo com que fosse necessário a intervenção do Estado. Os “desajustados” atrapalhavam a ordem social, com ações por exemplo de “vadiagem” ou mendicância que a igreja e burguesia consideravam inaceitáveis.

No dia 08 de maio de 1965 é lançado o segundo CE da profissão, elaborado pelo Conselho de Assistentes Sociais (CFAS) e também aprovado pela ABAS. Onde os dois

primeiros CE são relacionados a uma profissão neutra e visando o “status quo”, seguindo orientação religiosa que buscava o ensinamento moral e culpabilizava o indivíduo pela realidade vivida por ele.

No segundo CE, de 1965, devido aos movimentos de modernização conservadora da burguesia detentora do poder foram acrescentados alguns valores liberais como destinar-se a profissionais de diferentes credos e princípios, estabelecendo como dever fundamental respeitar as posições filosóficas, políticas e religiosas de seus usuários e conforme o art.8º “colaborar com os poderes públicos na preservação do bem comum e dos direitos individuais, dentro dos princípios democráticos, lutando inclusive para o estabelecimento de uma ordem social justa” e apresentou-se como profissional liberal, princípios do pluralismo, democracia e justiça.

Segundo Silva (2012. P.27) “O Projeto Ético-Político daquele momento histórico era resultado da composição, da combinação e da sinergia entre três fatores: capital nacional e internacional, o estado e a manutenção da ordem societária.” Visto que a profissão havia sido legitimada profissionalmente⁵ pelo governo Vargas e as profissionais daquele momento defendiam a produção e reprodução da força de trabalho.

Após encontros, congressos e discussões em 30 de janeiro de 1975 foi lançado o terceiro CE, apresentando o conservadorismo entrelaçado à formação profissional, ética profissional e organização da categoria profissional. Neste código os princípios do pluralismo são retirados e como foi lançado em meio ao Movimento de Reconceituação

⁵ Decreto nº 35.311/54, trata-se do funcionamento e finalidade das escolas de Serviço Social, formação e disciplinas a serem oferecidas. Link para acesso: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35311-2-abril-1954-449402-publicacaooriginal-1-pe.html>

da profissão, aparece nos deveres profissionais questões sobre a publicação de trabalhos científicos e suas fontes de informação.

Em 1979 acontece em São Paulo o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), denominado “Congresso da Virada”, marcado pelo momento onde a mesa de abertura composta por membros da ditadura civil/militar foi desfeita e substituída por trabalhadores. Com o crescimento tímido, mas existente, a luta por um Estado de Direito após anos de ditadura, assistentes sociais começaram a ver com outros olhos a relação contraditória capital-trabalho e com os coletivos de trabalhadores que a única forma de alterar os processos existentes era com resistência.

Ao final da década de 70, para Netto

“Este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional. É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político.” (1999. PP01)

Neste momento o Serviço Social brasileiro começa a repensar seu novo Projeto Ético-Político e a perceber o caráter político da profissão. Até então o posicionamento político era a favor e em defesa da burguesia e Estado. Com a introdução de teorias marxistas ao profissional de Serviço Social e com os posicionamentos defendidos pelo Movimento de Reconceituação em defesa da classe trabalhadora e movimentos sociais este posicionamento político precisava mudar. Avançando nos anos 80 e firmando-se nos anos 90, este novo projeto começa a consolidar-se.

Finalmente em 02 de junho de 1986 é publicado no Diário Oficial da União (DOU) o quarto CE, construído coletivamente pelos profissionais representados pelas entidades Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) atual Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) atuais Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Este CE apresentou-se como parte de um projeto profissional, posicionando-se politicamente, comprometendo-se com a classe trabalhadora e rompendo com o conservadorismo na profissão.

Para Barroco e Terra (2012.p48) as conquistas deste novo CE podem ser resumidas assim:

“O rompimento com a pretensa ‘imparcial’ dos Códigos anteriores; o desvelamento do caráter político da intervenção ética; a explicação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de ‘pessoa humana’; a negação de valores a-históricos; a recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído.”

Acompanhando as mudanças e avanços que ocorriam no país, como o fim da ditadura civil/militar, as lutas por direitos, luta pela democracia, dentre outros, a profissão viu a necessidade de acompanhar tais mudanças e direcionar sua prática profissional às pessoas que dela utilizavam. Como visto no capítulo anterior, este momento foi muito importante à profissão, podendo assim se renovar profissionalmente.

Então em 15 de março de 1993 é aprovado o quinto e último CE profissional, segundo Coe (2007. p.10) “Tal documento sintetiza o Projeto Ético-Político e

Profissional do Serviço Social, padronizando um conjunto de princípios e diretrizes que vão direcionar a ação profissional e acadêmica a ser tomada pelos assistentes sociais.”

O CE de 1993 é lançado em meio ao enfrentamento do neoliberalismo no Brasil. As/os profissionais levaram dois anos para discutir e apresentar uma proposta final apresentando princípios, direitos, deveres, vedações e penalidades. Reafirma a liberdade, autonomia e emancipação dos indivíduos, a defesa dos direitos humanos, democracia, justiça e elimina qualquer forma de preconceito, dentre outros.

Este código está diretamente ligado ao atual Projeto Ético-Político da profissão, pois surgiu após reflexões e questionamentos levantados no Movimento de Reconceitualização profissional, visto que o PEP utilizado até então não acompanhava as mudanças que a profissão buscava.

O atual PEP não é um projeto escrito, para se seguir, mas uma ideia do que a profissão idealiza como seu papel na sociedade, a que e a quem ela serve, pra onde ela aponta. Um projeto que afirma a defesa da emancipação humana, traçando sua atuação na organização política e intervenção profissional pela luta por direitos e políticas sociais, entendendo as políticas sociais como meio e não como fim. Algo a ser construído diariamente em seu espaço sócio-ocupacional e não um instrumento a se seguir.

Segundo Netto (1999. P.15)

“Este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a

autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.” .

Segundo o autor, este projeto vincula-se a um projeto maior, “se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.” (idem. 1999. P.15). Fortificando-se com o crescimento das pós-graduações profissionais, aumentando também a produção de conhecimento científico e participação de assistentes sociais nas discussões ético-políticas da profissão.

Segundo Braz (2008), este projeto materializa-se segundo três dimensões:

- 1- Dimensão da produção de conhecimento no interior do Serviço Social: É onde encontram-se as reflexões sobre a atuação profissional. Não cabendo no PEP atual ações voltadas a atuação profissional conservadora.
- 2- Dimensão político-organizativa da profissão: Encontram-se as entidades representativas da profissão. Sendo o conjunto Conselho Federal e Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e as associações profissionais, além do movimento estudantil representado pelo conjunto de CA's e DA's (Centros e Diretórios Acadêmicos das escolas de Serviço Social) e pela ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social). Onde são discutidos e reafirmados (ou não) compromissos e princípios deste projeto.
- 3- Dimensão jurídico-política da profissão: Encontra-se o conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos profissionais. Esta dimensão subdividiu-se em outras duas:

- A) Aparato político-jurídico, estritamente profissional, como o atual Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8662/93) e as novas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC).
- B) Aparato político-jurídico mais irrestrito, com leis vindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988 que não são somente voltadas ao profissional de Serviço Social, mas faz parte do cotidiano profissional.

Assim, o atual Projeto Ético Político do Serviço Social (PEP) caminha lado a lado com o Código de Ética Profissional de 1993 e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Buscando construir desde a formação profissionais com posicionamentos éticos voltados a autonomia e liberdade humana; posicionamentos políticos voltados a classe trabalhadora e suas lutas; e posicionamentos críticos, junto aos citados anteriormente, dentro da qualificação profissional e acadêmica.

Este ano completou 83 anos da primeira escola de Serviço Social no Brasil e esta profissão vem exercendo seu papel de formação teórica, ética e política apresentando a realidade da nossa sociedade e exercendo um trabalho que viabiliza o acesso a direitos sociais e políticos públicos.

Segundo o CFESS⁶ as/os assistentes sociais

“Analisam, elaboram, coordenam e executam planos, programas e projetos para viabilizar os direitos da população

⁶ CFESS. CRESS. Assistente Social: um guia básico para conhecer um pouco mais sobre esta categoria profissional. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/deliberacao3comunica-material-midia-POSNACIONAL-final.pdf>

e seu acesso às políticas sociais, como a saúde, a educação, a previdência social, a habitação, a assistência social e a cultura. Analisam as condições de vida da população e orientam as pessoas ou grupos sobre como ter informações, acessar direitos e serviços para atender às suas necessidades sociais. Assistentes sociais elaboram também laudos, pareceres e estudos sociais e realizam avaliações, analisando documentos e estudos técnicos e coletando dados e pesquisas. Além disso, trabalham no planejamento, organização e administração dos programas e benefícios sociais fornecidos pelo governo, bem como na assessoria de órgãos públicos, privados, organizações não governamentais (ONG) e movimentos sociais. Assistentes sociais podem ainda trabalhar como docentes nas faculdades e universidades que oferecem o curso de Serviço Social.” (p.3)

Para Iamamoto (2009. P. 4)

“O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais.”

E:

“Os assistentes sociais realizam assim uma ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos, especialmente os direitos sociais. Afirma o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços sociais.” (idem. 2009.p6)

Ser assistente social hoje é trabalhar diariamente com as contradições da sociedade capitalista que defende o acúmulo, a concentração de renda, os direitos individuais e buscar o contrário. Lutar pela liberdade, igualdade social e direitos de todos por bens e serviços. E em meio a esta luta pensar e repensar criticamente toda sociedade e qual será a melhor forma de combater todas as formas de exploração.

O debate a ser apresentado no próximo capítulo sobre a prática profissional clínica, pode levar a pensar que esta prática é uma retomada ao conservadorismo profissional. Visto que assistentes sociais “clínicos” fizeram especializações profissionais que visam, segundo CFESS (2008. P.9), linhas de abordagens psicoterápicas e utilizam de argumentos para prática “a insuficiência dos paradigmas para lidar com a subjetividade, a defesa do pluralismo da profissão, da possível convergência entre clínica e o político” e conforme apresentado neste processo histórico do Serviço Social brasileiro buscou-se romper com práticas consideradas conservadoras e que remetem ao Serviço Social clássico.

A Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e o Sindicato dos Assistentes Sociais no Estado do Rio Grande do Sul (SASERS) apresentam o Serviço Social Clínico como

“O serviço social clínico é uma área de especialidade prática de serviço social, que se concentra na avaliação, diagnóstico, tratamento e prevenção de transtornos mentais, emocionais e outros transtornos comportamentais. Terapia individual, grupal e familiar são modalidades comuns de tratamento. Os assistentes sociais que prestam esses serviços devem ser licenciados ou certificados no nível clínico em seu estado de prática.” (2018. Link para acesso: <https://csb.org.br/noticias/defesa-do-servico-social-clinico-e-tema-de-seminario-em-porto-alegre>)

Esta definição sobre o Serviço Social Clínico é de 2018, mas o foco será sobre o debate que iniciou-se na gestão do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) de 1996 a 1999 e os eventos para a discussão realizados em 2002 e 2003. Sabe-se que nos anos que separam este evento aos dias de hoje esta discussão teve avanços, mas o objetivo deste trabalho é fazer uma descrição do que foi debatido e divulgado pela revista Em Foco nº6, visto que antes disto não houve debate sobre a prática clínica/terapêutica e o PEP do Serviço Social tornando-se um momento histórico dentro da profissão e estas práticas.

Capítulo 3 - SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO: DEBATES E REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL

REVISTA EM FOCO Nº 6 – EDIÇÃO Nº 1

Este capítulo tem como base a revista Em Foco nº 6 publicada em outubro de 2009 e intitulada como “Serviço Social Clínico”. Esta revista foi criada no ano 2000 e publicada a partir de 2003 para socializar debates realizados pelo Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-RJ). Sua principal ação era transcrever o que era apresentado por palestrantes e/ou discutido pela plateia nos eventos realizados pela regional. As revistas referentes ao tema escolhido – Edição nº1 e Edição nº 1/complementar - encontram-se esgotadas, então o CRESS-RJ optou pela reimpressão das edições juntas, visto que uma complementa a outra.

O debate escolhido, Serviço Social Clínico/terapêutico, iniciou-se numa discussão pela internet entre profissionais da área clínica, conjunto CFESS/CRESS e o professor Vicente de Paula Faleiros⁷. Logo ao prefácio, elaborado pela professora doutora Elaine Rossetti Behring⁸ intitulado “Atribuições profissionais: a conduta democrática de um debate quente”, coloca-se que é fato que assistentes sociais trabalham diretamente com a questão social, seus desdobramentos e reflexos na sociedade. Assim, podem deparar-se com usuários com diversos tipos de sofrimentos

⁷ Vicente Faleiros possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Franca (1966), graduação em Serviço Social pela Universidade de Ribeirão Preto (1966), doutorado – *Université de Montréal* (1984) e pós-doutorado pela *EHESS – Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais* – Paris (1991) e *Université de Montréal* (1996).

⁸ Elaine Rossetti Behring possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987), mestrado e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993 e 2002), pós-doutorado pela Universidade de Brasília, UnB, Brasil (2008) e pós-doutorado pelo *Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris (Paris VIII)*, CRESPPA, França (2011-2012)

psíquicos, mas conforme formação profissional a mediação neste campo existem limites demarcados.

A 1ª edição ocorreu em 2002 após encontro realizado pelo CRESS 7ª Região e o Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em junho de 2002. Com o título “O ‘Serviço Social Clínico’ e os Desafios Ético-Políticos Postos à Profissão de Serviço Social” tendo Marilda Iamamoto⁹ como mediadora, Vicente de Paula Faleiros e Mavi Pacheco¹⁰ como palestrantes.

Professora Marilda Iamamoto abre a mesa com a seguinte questão: “Como consolidar o Projeto Ético-Político do Serviço Social no cotidiano do exercício profissional?” Trazendo ao debate a lei 8.662/93 que regulamenta a profissão e chamando a atenção aos artigos 4º e 5º que tratam das competências e atribuições privativas da assistente social e a questão da fiscalização do exercício, afim de garantir a qualidade dos servidos prestados. Também alerta que mesmo a profissão podendo atuar em diversos espaços e equipes multidisciplinares faz-se necessário ter um rumo em comum para toda categoria assegurando a exercício do atual PEP profissional.

Neste momento Marilda Iamamoto sintetiza pontos importantes para a discussão. Na página 18 apresenta atribuições privativas como prerrogativa e poder exclusivo de realizar algo, no caso, algo exclusivo do Serviço Social e competências dizem respeito a capacidade de fazer algo, não de forma exclusiva como o anterior.

⁹ Marilda Iamamoto possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1971), mestrado em Sociologia Rural pela Universidade de São Paulo (1982), doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e pós-doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil (2011-2012).

¹⁰ Mavi Rodrigues possui mestrado (1996) e doutorado (2006) em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Segundo a lei 8.662/93 em seu artigo 5º, são atribuições privativas da Assistente Social: planejar, organizar, administrar, coordenar, elaborar, executar, supervisionar, avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social e assumir, no magistério de Serviço Social a nível de graduação e pós-graduação disciplinas e funções que necessitem de conhecimentos próprios do Serviço Social e ainda treinar, avaliar e supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social; fiscalizar o exercício profissional por meio dos Conselhos Federal e Regionais; entre outros.

Passando a palavra ao professor Vicente Faleiros, ele inicia apresentando sua trajetória profissional e seu lugar de fala. Traz a discussão etimológica das palavras clínica e terapia, assim como apresenta como ambas funcionam na prática. Segundo ele, a palavra clínica remete-se a alguém que dá um diagnóstico e apresenta tratamento, posicionando-se de que não há clínica neutra, toda ação de clinicar está ligado a um projeto político. E a terapia como algo feito por diversos profissionais, ligando esta ação a comunicação com os usuários, ação esta que está ligada diariamente ao cotidiano de trabalho do assistente social sem que haja nenhuma ação “psi” na mesma. Defende que a lei de regulamentação define funções e competências profissionais, mas deixa os profissionais livres para exercer estas funções da forma que achar melhor.

Seguido pela professora Mavi Rodrigues, esta inicia questionando se o Serviço Social Clínico está presente no PEP e se avança na ruptura com o conservadorismo profissional. Ela apresenta a definição apresentada pelas próprias profissionais como “O Serviço Social Clínico é um movimento composto por um grupo de assistentes sociais

com formação especializada nas mais variadas abordagens clínicas: holísticas, bioenergética...”. Traz duas divisões a esta praticas: uma diz respeito ao técnico-operativo, ao mercado de trabalho, afirmando que ao exercer funções terapêuticas não estão atendendo as demandas profissionais e muito menos agindo de acordo a mesma. A segunda trata-se do ético-político, trazendo a questão do rompimento com o conservadorismo (apresentado no primeiro capítulo) e estas práticas que remetem a ajuda, vocação ou conforto terapêutico.

Logo que a professora Marilda abre a palavra aos participantes apresentam-se diversos posicionamentos a favor das palestras apresentadas e em sua maioria a necessidade que esta palestra tenha uma continuação, visto que o que foi apresentado levantou diversas outras questões aos participantes e a necessidade de uma “assistente social clínica” compondo a mesa e apresentando seu trabalho por seu ponto de vista. Assim, fica acordado pelo CRESS 7ª Região e UERJ a retomada desde debate.

Dando continuidade ao debate, em maio de 2003 também na UERJ em conjunto com o CRESS 7ª Região, realizou por quase 4 horas a continuação da discussão do tema apresentado. Intitulado “Atribuições Privativas do Assistente Social e o ‘Serviço Social Clínico’”. Com Hilda Corrêa de Oliveira¹¹ como mediadora, Marilda Iamamoto e Sônia Beatriz Sodré Teixeira¹² como palestrantes.

Hilda abre a mesa situando os participantes de que a discussão não iniciou-se no ano anterior, mas na gestão em que ela e Elaine Behring encontravam-se na direção do CFESS entre os anos de 1996 a 1999 quando solicitado pela Política Nacional de Fiscalização sobre demandas apresentadas pelos conselhos regionais a respeito de competências e atribuições profissionais em diversos espaços sócio-ocupacionais. O presente debate busca responder, se possível, questões relacionadas a alguns destes espaços.

Iniciando as apresentações Sônia Beatriz, assistente social clínica, apresenta a importância de ter uma representante desse tipo de atuação a mesa para apresentar o trabalho realizado. Deixa claro que o Serviço Social clínico é a mais antiga prática realizada por assistentes sociais e permanece com a passar dos anos. Para ela, a prática clínica é voltada aos indivíduos, grupos e famílias que por várias razões estão em situação de vulnerabilidade, exclusão e abandono física e psiquicamente, levando em conta as relações interpessoais, subjetividades, trajetórias e histórias de vida. Afirmo

¹¹ À época, era presidente do Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região (RJ).

¹² Sônia Beatriz Sodré Teixeira possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1974), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1982) e doutorado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997).

que o PEP é o mesmo, não sendo conservador, já que buscam com a prática social crítica a autonomia para os usuários.

Professora Marilda no início e ao longo de suas falas deixa claro que fez uma leitura cuidadosa da tese de doutorado de Sônia Beatriz¹³, para que pudesse ter conhecimento da prática abordada e posicionar-se.

Apresenta 3 pontos importantes para iniciar a discussão a partir do movimento de reconceituação, movimento crítico do Serviço Social e segundo ela encontra-se hoje no Brasil. Primeiro: quanto a produção acadêmica nacional cresceu, escolas de pós-graduação, expansão do mercado editorial, ampla e constante revisão do ensino nas escolas de graduação profissional. Segundo: fortalecimento das representações profissionais, conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e representação estudantil com a ENESSO. Terceiro: o acompanhamento sociopolítico nacional, leitura crítica da sociedade e do Estado no esforço de aumentar os espaços sócio-ocupacionais.

Focando no tema apresentado, artigos 4º e 5º da lei de regulamentação profissional 8.662/93, que as práticas clínicas e terapêuticas não se encontram em competências ou atribuições privativas do assistente social. Assim, como apresentado anteriormente estas práticas não são atribuições privativas, exclusivas, mas o assistente social está livre para realizar especializações em qualquer área, desde que seu fazer profissional não se afaste do delimitado no CE profissional, lei de regulamentação ou PEP.

¹³ Tese de doutorado intitulada “O Serviço Social com família e a terapia familiar: resolvendo dilemas e abrindo caminho” defendida no IPUB - Instituto de Psiquiatria da UFRJ em 1997, a qual não foi analisada para esta monografia, considerando que o foco foi o análise e apresentação da Revista Em Foco nº6.

No momento de abertura dos debates, os questionamentos aumentaram de forma expressiva. Sobre o que era de fato a prática clínica? Clinicar, em Serviço Social, é trabalhar com família? Existe somente uma abordagem clínica? Esta prática realmente compete ao assistente social?

Em resposta, apresentou-se que de fato, o Serviço Social clínico não tem uma linha teórico-metodológico específica, vai da especialização que o profissional fizer e não é somente trabalhar com a família, visto que isso toda categoria profissional realiza.

Não houve um consenso ou conclusão no debate sobre o assunto. Os defensores afirmam que em sua prática profissional reafirmam o atual PEP, quando mesmo trabalhando com o indivíduo, suas subjetividades e especificidades o corpo profissional apresenta todo o aparato teórico, metodológico, ético e político. Reafirmando então o exercício profissional que toda assistente social realiza.

O lado contrário, apresenta que esta prática não faz parte do conhecimento adquirido na formação profissional e nem segue a linha ético-político adotado pela categoria, fazendo com que os meios legais profissionais não tenham autonomia em fiscalizar estas ações.

Segue abaixo um quadro resumo dos posicionamentos apresentados no debate após as palestrantes apresentarem suas falas:

CONTRA	A FAVOR
Mavi Rodrigues. P. 57: “Serviço Social não é clínico e não é terapêutico. O Serviço Social lida com prestação dos serviços sociais, com planejamento na área das políticas sociais. E	Rochelle Gabay. P. 58: “não vejo uma questão conservadora nisso, porque se trabalha num campo de Serviço Social, se trabalha num campo da Psiquiatria, porque se

<p>aí, lida com família, sim, mas não pelo viés terapêutico.”</p>	<p>está trabalhando sobre uma política de saúde mental num campo que não é o jurídico, é o campo psiquiátrico, que tem conhecimentos, conceitos psicanalíticos, que até hoje estudo, sobre uma transferência, quer dizer, sobre um deslocamento do campo na Psicanálise.”</p>
<p>Resposta da palestrante Marilda Iamamoto.</p> <p>P. 64: “O trabalho com indivíduos, grupos e famílias obviamente é parte da nossa matéria profissional: as múltiplas expressões da questão social, vividas pelos sujeitos, condensam suas necessidades e suas lutas. Mas qual é a abordagem teórico-metodológica? Uma das alternativas é a abordagem psicossocial que tem seus supostos, como qualquer outra. São exatamente estes supostos os que foram questionados pela Reconceituação. [...]Cada manifestação da questão social e cada política pública tem as suas particularidades. Todavia, a proposta de formação profissional, contida nas diretrizes curriculares propostas pela ABEPSS, é de uma formação que qualifique o assistente social para pensar e conduzir o seu trabalho particularizando as situações concretas</p>	

<p>através da pesquisa, da especialização, do processo investigativo.” [...]</p> <p>“Várias outras questões mereceriam observação. A primeira delas, sustentada na tese, é que a Psicologia avançou sobre a área da família, competindo com o Serviço Social; busca hoje uma reserva de mercado. Questiono se é uma questão de “reserva de mercado”. A família se apresenta como foco de trabalho de diferentes profissionais e cada um vai atuar a partir de suas atribuições privativas, de suas competências, das particularidades dos serviços que é capaz de prestar e da leitura que faz da família, em decorrência de sua formação.”</p>	
---	--

<p>Elaine Behring. P.65: “Isto significa estar exercendo Serviço Social? Em minha opinião, não: isto é uma outra profissão que já se criou, ou é uma especialização.”</p> <p>Verônica de Oliveira Gomes. P. 67: “Em determinado momento, quando Sônia pontuava o que faz o assistente social clínico, ela colocou muito bem a expressão ‘motivações inconscientes do desejo</p>	
---	--

<p>humano’. A Rochelle falou em transferência, em deslocamento. Não os reconheço como conteúdos para a intervenção e para o exercício profissional do assistente social. Se vocês dizem que são, queria que explicassem onde estão estes conteúdos, porque não os encontro no Código de Ética, no nosso projeto ético-político, na Lei de Regulamentação da Profissão.”</p> <p>Ana Vasconcelos. P. 68 questionando a Sônia Beatriz: “Você diz o seguinte: qual a requisição feita ao Serviço Social Clínico? É uma intervenção nos conflitos interpessoais, familiares e comunitários, privilegiando a escuta da demanda direta dos indivíduos. Até aí, tudo bem. No entanto, quero saber das consequências de uma ação nesta direção, de uma ação de intervenção nos conflitos individuais, familiares e comunitários tendo, como você coloca sua referência, a visão de que eles são conflitos em si mesmos, e não expressão de conflitos de classes. Penso que qualquer um de nós toma isto como objeto. Mas se você toma um ponto de vista para lidar com estes conflitos é ele, e as ações</p>	
---	--

<p>nesta direção, que vão dizer se estamos caminhando na direção do projeto ético-político. Se estes conflitos são tomados como conflitos entre pessoas, nega-se a realidade em que estas pessoas vivem.”</p>	
	<p>Resposta da palestrante Sônia Beatriz Sodré Teixeira. P.72: “O assistente social clínico, como o estamos chamando aqui, é um assistente social. Ele não deixa nada de lado em termos de todo o arcabouço que foi construído na profissão: os princípios éticos, as premissas teórico- metodológicas, tudo que faz o assistente social ter sua identidade está nele presente. Ele é um assistente social. Só que escolheu, e pode escolher, para seu trabalho, a vertente psicossocial. Isto não elimina no seu trabalho, no seu exercício profissional, a ideia de que ele tem uma identidade de Serviço Social.”</p> <p>P. 73 “O que Ana Vasconcelos trouxe é muito interessante e me fez lembrar seu artigo sobre a prática reflexiva. Penso que é isso que o assistente social que estamos denominando, agora, de clínico, faz. É um método reflexivo de abordagem direta, pessoal, com as pessoas, com a população</p>

	<p>que lhe procura. Outra pergunta que surgiu: qual é o objeto da intervenção? É o homem, é o sujeito nas suas múltiplas determinações e expressões, e ele situado, ele relacionado. Esta dimensão estrutural e social não se perde em uma abordagem psicossocial. Ela está presente sempre! Não sei por que há esta ideia de que existe esta dicotomia!” [...]</p> <p>“Se o Serviço Social Clínico faz avançar o projeto ético-político é uma questão de ponto de vista, não é? Penso que faz avançar. Trabalhando nesta proposta, que fez parte da construção do Serviço Social, e com ela revitalizada (que é esta abordagem psicossocial), ela está dentro da discussão da atualidade, está dentro da profissão e tudo o que está dentro da profissão faz avançar o projeto, não está fora disso.”</p>
<p>Resposta da palestrante Marilda Iamamoto.</p> <p>P. 76: “Mas e a competência que nos é requerida enquanto profissionais para nos situarmos, nos qualificarmos e respondermos às exigências institucionais? Então fica muito tranquilo, se quisermos usar uma linguagem psicanalítica, ‘transferir’ o problema para o marxismo ou para o psicólogo. Mas há uma</p>	

<p>questão que é nossa, que somos nós quem vamos responder. Por que é que vários assistentes sociais se formaram em Psicologia, passando a ser assistente social e psicólogo? Ao se pretender ser psicólogo, o caminho é fazer a formação em Psicologia e assumir a identidade de psicólogo. Subjaz a este percurso a percepção de que ser assistente social é ser um ‘profissional menor’. Mas enquanto não assumirmos nossa identidade com dignidade, com convicção e com a clareza de que somos necessários a esta sociedade, vamos querer nos apresentar com outras peles: hoje de psicólogo e, em outro momento, de outra especialização profissional dotada de maior prestígio ou poder.”</p>	
---	--

Para este debate apresenta-se inúmeras definições para práticas “clínicas” e/ou “terapêuticas”. Não há um consenso entre os termos. Para alguns são a mesma coisa, para outros clínica e terapia são ações diferentes. Como apresentado na primeira parte deste capítulo, para Faleiros o Serviço Social pode exercer a prática terapêutica, assim como a maioria dos profissionais que utilizam da comunicação, fala e escuta para exercer suas funções. Onde Mavi também apresenta a autorrepresentação de Serviço

Social Clínico como profissionais que tem formação especializada em diversos tipos de abordagens ditas “clínicas”.

Para o CRESS/RJ, organizador da revista, praticas consideradas terapêuticas são realizadas no denominado Serviço Social Clínico, mas algumas práticas de Serviço Social podem ser confundidas como “terapêuticas”, por exemplo oficinas terapêuticas e grupos de conversa. Como apresentam na página 6:

“Sabemos que a evolução da conjuntura tem trazido novos desafios para nossa atuação profissional e para o conjunto das políticas sociais. No que se refere ao campo da saúde mental é inevitável reconhecermos o crescimento da hegemonia de campos “psi” nos debates e atuações profissionais. Isto faz com que procedimentos que não têm por objetivo central a terapia, sejam eles realizados em grupo ou individualmente, recebam por título algum adjetivo similar a “terapêutico”. Um possível exemplo é o das “oficinas terapêuticas” realizadas por equipes interdisciplinares. Ações de orientação, individuais ou em grupo, têm uma dimensão potencial de resolução parcial das demandas trazidas por usuários das políticas aos assistentes sociais.”

Na página 72 Sônia Beatriz apresenta “Então, na verdade, o Serviço Social Clínico não é exatamente uma terapia [...]. Mas o foco é a questão da abordagem psicossocial que ele vai abarcar.” Que logo é rebatido por Iamamoto na página 74:

“Por outro lado, temos que definir o que é o psicossocial, porque ele agora aparece de maneira indistinta, podendo cair no perigo de ser tudo e nada! É a junção da subjetividade com a questão social? Está bem, então todos seríamos

“psicossociais”, pois reconhecemos que o indivíduo tem singularidade e se constitui nas relações sociais. Entretanto, a abordagem psicossocial na nossa cultura profissional tem a sua história. Uma história que foi submetida à análise crítica, nas quatro últimas décadas. Porque ela não é só um termo, é uma concepção; é uma maneira de ler as ações profissionais, que norteia sua efetivação. Então é necessário qualificar essa abordagem teórica.”

Tratando-se de um debate com extrema importância dentro da profissão, faz-se necessário uma definição sobre o que seria a prática clínica e a diferenciação sobre a prática estritamente terapêutica para ser definido dentro da profissão.

CONCLUSÃO

O profissional de Serviço Social vem nos últimos 40 anos buscando romper com ações que eram realizadas em sua origem, buscando abordagens e posicionamentos críticos acerca da realidade social. Abordagem que desde de então tem seu posicionamento político em defesa da classe trabalhadora. Entender a história da profissão é um passo importante para seguir no debate sobre o Projeto Ético-Político profissional.

Entender e discutir este projeto é necessário para seguir refletindo sobre a prática profissional. E para nortear e homogeneizar esta ação criou-se o atual Código de Ética Profissional em 1993 tendo como base a lei 8.662/93 que regulamenta a profissão e o então Projeto Ético-Político Profissional que tem como base a autonomia e liberdade das pessoas em nossa sociedade.

O Serviço Social Clínico gera grande debate dentro da profissão e após os debates apresentados, em 2007 a partir do encontro dos Conselhos Federal e Regionais (CFESS/CRESS) realizado em Natal (RN) aprovou-se a necessidade do CFESS se posicionar político e publicamente sobre o tema.

A partir de então, o Conselho solicitou e recebeu a contribuição de assistentes sociais que trabalham com esta prática para uma análise de suas atribuições e competências. Após coleta de dados, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) elaborou um documento sobre as reflexões realizadas apresentando-as ao debate no 38º Encontro Nacional CFESS/CRESS em setembro de 2008. Neste encontro assistentes sociais presentes reafirmaram que as práticas clínicas/terapêuticas não são competências ou atribuições profissionais, solicitando ao CFESS e COFI uma resolução para tal.

Assim Dra. Sylvia Terra, assessora jurídica do CFESS, elaborou os pareceres jurídicos nº16/08 e nº11/09. Onde o nº16/08 o assunto é “Práticas terapêuticas utilizadas no âmbito da atividade do Serviço Social/ Serviço Social Clínico/ Componentes Jurídicos.” E conclui-se que

“é forçoso concluir que as práticas terapêuticas desenvolvidas no âmbito do denominado ‘Serviço Social Clínico’, não podem e não devem, até por imperativo de ordem legal, ser consideradas, reconhecidas ou incorporadas como atividades privativas ou mesmo competências do assistente social, pois estar-se-ia, dentre outros, regulamentando norma em matéria estranha ao Serviço Social e adentrando em atividades já reguladas por outras profissões, cujos limites já estão claramente definidos, por lei, a partir de critérios objetivos, relativos e compatíveis com a formação profissional acadêmica daqueles.” (CFESS. 2008.p11)

No parecer nº11/09 Dra. Sylvia Terra reitera a decisão tomada, apresentando que tais práticas podem ser exercidas por qualquer cidadão qualificado, mas não podem ser realizadas por assistentes sociais em seus espaços profissionais.

O CFESS publicou em 25 de março de 2010 a Resolução CFESS Nº 569, onde: Dispõe sobre a VEDAÇÃO da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. Resolve:

“Art. 1º. A realização de terapias não constitui atribuição e competência do assistente social.

Art. 2º. Para fins dessa Resolução consideram-se como terapias individuais, grupais e/ou comunitárias:

a. Intervenção profissional que visa a tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas;

b. Atividades profissionais e/ou clínicas com fins medicinais, curativos, psicológicos e/ou psicanalíticos que atuem sobre a psique.

Art. 3º. Fica vedado ao Assistente Social vincular ou associar ao título de assistente social e/ou ao exercício profissional as atividades definidas no artigo 2º desta Resolução;”

O CFESS como autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do assistente social no Brasil, posiciona-se firmemente contra qualquer tipo de prática clínica e/ou terapêutica com fins medicinais, curativos, psicológico e psicanalíticos que atuem sobre a psique realizada por profissionais de Serviço Social.

Sendo assim, a prática integrativa de yoga a qual participei no Estágio Supervisionado 1 realizado por uma assistente social não faz parte das atribuições e/ou competências profissionais de assistente sociais e conforme apresentado no debate não reafirma o Projeto Ético-Político em sua prática profissional cotidiana.

Assim como toda atuação profissional, refletir sobre a prática clínica/terapêutica dentro da profissão merece mais discussão. Não há um consenso entre os profissionais desde o conceito da prática clínica e/ou terapêutica até se a mesma faz parte do Serviço

Social. Tratando-se de uma discussão não nova, mas sem respostas, até os profissionais que defendem esta prática não apresentam argumentos para tal, com pouca reflexão analítica.

Este trabalho se propôs a analisar o debate realizado pelo Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região e o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro publicado na Revista em Foco nº6. Mas houve, por exemplo, um seminário sobre o tema em Porto Alegre em 2018¹⁴ promovido pelo Sindicato dos Assistentes Sociais no Estado do Rio Grande do Sul (SASERS). Assim, o debate ainda existe, mesmo que sem consensos.

¹⁴ Link para acesso: <https://csb.org.br/noticias/defesa-do-servico-social-clinico-e-tema-de-seminario-em-porto-alegre>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

ASSUMPÇÃO, R., & CARRAPEIRO, J. **Ditadura e serviço social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão**. Lutas Sociais, 18(32), 105-118. 2014.

BARROCO, Maria Lucia Silva. TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

BRAZ, Marcelo. **Notas Sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: CRESS 7ª Região. (Org.). **Assistente Social: Ética e Direitos - Coletânea de Leis e Resoluções**. 5ed. Rio de Janeiro: Daugraf Gráfica e Editora, 2008, v. I, p. 78-85.

CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS (CSB). **Defesa do serviço social clínico é tema de seminário em Porto Alegre**. Central dos Sindicatos Brasileiros. 4 de julho de 2018. Disponível em: <https://csb.org.br/noticias/defesa-do-servico-social-clinico-e-tema-de-seminario-em-porto-alegre>. Acesso em: 28/08/2019.

CFESS. **PARECER JURÍDICO Nº 16/ 08**. São Paulo, 26 de junho de 2008.

CFESS. CRESS. **Assistente Social: um guia básico para conhecer um pouco mais sobre esta categoria profissional**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/deliberacao3comunica-material-midia-POSNACIONAL-final.pdf>

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS. Aprovado em Assembleia Geral da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) – Seção São Paulo, em 29/09/1947. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL. Aprovado no Rio de Janeiro, em 08/05/1965. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL. Aprovado no Rio de Janeiro, em 30/01/1975. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL. Aprovado no Rio de Janeiro, em 09/05/1986. Publicado no Diário Oficial da União nº 101, do 02/06/86, Seção I, páginas 7951 e 7952. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf

COE, Nadja Petrillo. **Interfaces entre a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS e o Projeto Ético-Político e Profissional do Serviço Social.** 2007. Dissertação (bacharelado em Serviço Social), UnB, Brasília – DF: 2007.

EM FOCO. **Serviço Social Clínico.** Rio de Janeiro: Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região. Edição nº 6. Out. 2009. ISBN 978-85-60593-02-6.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social.** São Paulo. Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. Edição 6. 1984.

GONSALVES, Elisa Pereira. Capítulo IV. **Escolhendo o percurso metodológico**. In: Conversas sobre iniciação à pesquisa científica. Campinas: Alínea, 2001. p. 61-73.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. 1ed.:2009.

MIOTO, Regina Celia Tamasso. & NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional**. Rev. katálysis [online]. 2013, vol.16, n.spe, pp.61-71. ISSN 1982-0259.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: CFESS. Capacitação em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social: módulo 1. Brasília: Cead/UnB/CFESS/Abepss, 1999. p. 91-110

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64**. 8ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-Papers/FAPERJ, 2010.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Lei 8.662 de 7 de julho de 1993**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm >. Acesso em 12/08/2019.

SILVA, Marcela Mary José da. **A Materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

SILVA, Maria Izabel da. **A organização política do serviço social no brasil: de “Vargas” a “Lula”**. *In*: Serviço Social & Realidade, Franca, 16(2): 267-282, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. *In*: CFESS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. 2009a.

_____. **O significado sócio-histórico da profissão**. *In*: CFESS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. 2009.